

1  
2 ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO  
3 RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP, DE 2014, REALIZADA NO DIA VINTE DE MAIO DE DOIS MIL E  
4 CATORZE. Aos vinte dias do mês de maio de dois mil e catorze, instalou-se a 1ª Reunião Ordinária do Comitê  
5 de Integração da Bacia do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP, no Rio de Janeiro, com a **presença de 36 membros e**  
6 **29 convidados** (conforme relação no final desta ata) e **justificadas as ausências**, também como relacionado no  
7 final desta ata; e com a seguinte **Ordem do Dia: 1 – Abertura da Sessão; 2 – Apresentação da Ordem do Dia; 3**  
8 **– Comunicações; 4 – Aprovação da ata da última reunião (28/11/13); 5 – Apresentação da aplicação dos**  
9 **recursos da cobrança provenientes da transposição das águas da Bacia do Paraíba do Sul ao Sistema Guandu; 6**  
10 **– Apresentação sobre o estudo da Macrometrópole Paulista; 7 – Apresentação do Balanço Hídrico elaborado**  
11 **para a revisão do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Paraíba do Sul; 8 – Avaliação da AGEVAP pelo**  
12 **CEIVAP; 9 – Deliberação CEIVAP que dispõe sobre a revisão da Deliberação nº 53/2005 referente ao Grupo de**  
13 **Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica – GTOH; 10 – Deliberação CEIVAP que**  
14 **dispõe sobre a revisão da Deliberação nº 76/2006 referente ao Grupo de Trabalho Articulação Institucional –**  
15 **GTAI; 11 – Deliberação CEIVAP que dispõe sobre o Grupo de Trabalho de Pagamento de Serviços Ambientais**  
16 **– GTPSA; 12 – Deliberação CEIVAP que dispõe sobre o Grupo de Trabalho de Acompanhamento da revisão do**  
17 **Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Paraíba do Sul – GT Plano; 13 – Deliberação CEIVAP que dispõe**  
18 **sobre a elaboração de Projetos Executivos para Municípios situados na Bacia do Paraíba do Sul com até 5 mil**  
19 **habitantes; 14 – Deliberação CEIVAP que dispõe sobre projetos de Controle de Erosão contemplados com**  
20 **recursos da cobrança pelo uso da água na bacia do Rio Paraíba do Sul; 15 – Deliberação que dispõe sobre a**  
21 **proposta do Pacto Bacia do Rio Paraíba Sul (CEIVAP – Comitês de Bacias Afluentes e Órgãos Gestores de**  
22 **Recursos Hídricos); 16 – Assuntos Gerais. 1 – Abertura da Sessão – Conferido o quórum, o Presidente do**  
23 **CEIVAP, Sr. Danilo Vieira Júnior (SEMAD/MG) cumprimentou todos os presentes e iniciou a reunião. Iniciou**  
24 **sua fala destacando que o atual momento vivenciado na Bacia do Paraíba do Sul é de alerta, visto que estudos**  
25 **divulgados apontam para um estresse hídrico na Bacia. Ressaltou que a situação é preocupante, porém, oportuna**  
26 **para a criação de uma agenda positiva, no intuito de traçar diretrizes e fazer um planejamento estratégico em**  
27 **prol da preservação da Bacia. 2 – Apresentação da Ordem do Dia – O Sr. Danilo Vieira (SEMAD) perguntou**  
28 **se a plenária estava de acordo com a pauta proposta, não havendo manifestação, foi dado andamento na reunião.**  
29 **3 – Comunicações – A Sra. Marilene Ramos (FGV) pediu a palavra e expôs, que em função do que foi**  
30 **conversado no VI Seminário do Setor elétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (SERPASUL), e**  
31 **considerando que o CEIVAP tem uma posição privilegiada por sua ampla composição, englobando poder**  
32 **público, usuário e sociedade civil dos três Estados inseridos na Bacia, foi elaborada uma minuta de proposta do**  
33 **CEIVAP para ser encaminhada ao Governo federal e aos Governos Estaduais de São Paulo, Minas Gerais e Rio**  
34 **de Janeiro. Explicou que a proposta foi elaborada, como desdobramento do SERPASUL, e devido situação**  
35 **emergencial, visto que São Paulo apresentou um projeto que considera uma nova transposição na Bacia do**  
36 **Paraíba do Sul. Disse ainda, que a seu ver, o atual momento é oportuno para apresentação de uma proposta, por**  
37 **parte do Comitê, e esta representaria um Pacto pela Bacia do Paraíba do Sul, na forma de um Programa de**  
38 **Recuperação Emergencial do Rio Paraíba do Sul. A Sra. Marilene Ramos (FGV) leu a proposta para a plenária.**  
39 **O Sr. André Marques (AGEVAP) contou experiências da AGEVAP se articulando com os municípios, dizendo**  
40 **que a Agência criou dois manuais de referência, de esgotamento sanitário e resíduos sólidos, que já é aprovado**  
41 **pela Caixa, o que facilita para o município, que muitas vezes tem dificuldade nos trâmites para dar andamento**  
42 **aos trabalhos. O Sr. Roberto Machado (Instituto Rio Carioca) parabenizou a Sra. Marilene Ramos por sua**  
43 **colocação. Em tempo, comentou que a questão dos municípios é complicada, uma vez que este tem dificuldade**  
44 **de fazer a gestão do recurso. Ressaltou que a iniciativa da AGEVAP é ótima, porque o município pode entrar**  
45 **como interveniente. A Sra. Marilene Ramos (FGV), em relação à proposta de documento apresentada, colocou**  
46 **que haverá interveniência dos municípios beneficiados. O Sr. Roberto Machado (Instituto Rio Carioca) citou**  
47 **que o município não pode pegar recurso, e através da parceria há mais facilidade para habilitar o recurso, uma**  
48 **vez que ele entra como interveniente e fiscalizador. É um caminho que vai auxiliar muito as Prefeituras. A Sra.**  
49 **Marilene Ramos (FGV) propôs algumas alterações no documento, e destacou que o principal objetivo é que**  
50 **uma comissão do CEIVAP encaminhe a proposta à Agência Nacional de Águas, para que juntos levem a**  
51 **proposta ao Ministério das Cidades, e com força política chegar a Casa Civil. A Sra. Rosa Formiga (INEA)**  
52 **também parabenizou a Sra. Marilene Ramos pela proposta dizendo que a mesma reflete o que foi discutido no**  
53 **âmbito do SERPASUL. Sugeriu que a proposta seja adequada de forma que destaque o papel dos municípios e**  
54 **dos Comitês Estaduais. O Sr. Jaime Azulay (CEDAE) iniciou sua fala parabenizando a Sra. Marilene Ramos**  
55 **pela proposta, e prosseguiu falando que a transposição no Paraíba do sul não influencia absolutamente nada para**  
56 **a jusante. Opinou dizendo que as principais empresas de saneamento deveriam ser incluídas na articulação, para**  
57 **fazer um programa atrelado ao conjunto de ações em prol da preservação do rio Paraíba do Sul. Comentou que a**  
58 **CEDAE está promovendo um plano de recuperar todo o sistema dos pequenos mananciais, com a ideia de que**  
59 **se a qualidade de água for melhorada, o abastecimento também vai melhorar. O Sr. Nazareno Mostarda (Sec.**

60 Est. de Saneamento) expôs seu ponto de vista falando que seria importante fazer menção sobre a bacia do  
61 Guandu quanto ao uso da água. O Sr. Gilberto de Souza (FSP Consultoria) falou que seria relevante inserir na  
62 proposta um prograa de proteção, conservação e restauração de mananciais. O Sr. João Emídio Lima da Silva  
63 (IAVARP) apontou que há citação do Guandu nas considerações e não há nas proposições, seria interessante  
64 citá-lo de alguma forma nas proposições. Destacou a importância de um programa de educação ambiental na  
65 Bacia do Paraíba do Sul. O Sr. Edilson de Paula Andrade (DAEE) disse que é necessário estar atento ao item  
66 que menciona o projeto de transposição de São Paulo. Sugeriu que o parágrafo referente à ele seja retirado da  
67 proposta, considerando que sua retirada não irá alterar o propósito do documento, considerando também que a  
68 questão tem que ser avaliada com base em estudos, antes de publicar um posicionamento oficial do Comitê. O  
69 Sr. Jorge Peron (FIRJAN) sugeriu suprimir da proposta o item que propõe a assinatura de um Pacto da Bacia e  
70 definição de pontos de controle, destacando que esse assunto já foi discutido e rejeitado pelos Órgãos Gestores  
71 de São Paulo e Minas Gerais. Comentou que o item apareceu como pauta da reunião do CEIVAP, foi publicada  
72 uma errata retirando-o de pauta, e apareceu novamente. Citou que é um item que será contemplado no Plano de  
73 Bacia do CEIVAP, e este não foi considerado pela CTC e CEIVAP. A Sra. Marília Melo (IGAM) lembrou que  
74 foi rejeitada por Minas Gerais a definição de pontos de controle, através de uma Nota Técnica registrar o  
75 posicionamento do IGAM. Relatou que Minas Gerais entende que não há maturidade técnica nesse momento  
76 para estabelecer valores de entrega de quantidade e qualidade, a Bacia não tem maturidade para estabelecer  
77 pontos de controle. A Sra. Rosa Formiga (INEA) se manifestou falando que, como representante do INEA, a  
78 sugestão é que se mantenha a proposição de pontos de controle, visto que, em sua opinião, esse é o momento  
79 para enfrentar essa discussão, traçando um cronograma adequado. O Sr. João Emídio Lima da Silva (IAVARP)  
80 expressou sua opinião dizendo que proporia a ampliação da rede de monitoramento, visto que há muito tempo  
81 busca a viabilização de um ponto de monitoramento das águas do Rio Preto, que é vital para a Bacia do Paraíba  
82 do Sul. Disse ainda que seria fundamental o monitoramento em divisas de municípios. O Sr. André Marques  
83 (AGEVAP) relatou que há alguns meses atrás houve uma discussão sobre os pontos de controle, onde estiveram  
84 presentes Órgãos Gestores e a empresa responsável pela elaboração do Plano de Bacia. A empresa que está  
85 elaborando o plano elaborou a proposta com 21 pontos destacando que não são 21 pontos de controle, são  
86 alguns de monitoramento, até porque têm pontos que estão no meio do Estado. Na ocasião, Rio de Janeiro e  
87 Minas Gerais definiram que seria interessante, e São Paulo ficou de analisar a proposta. A mesma proposta foi  
88 discutida no Encontro Ampliado, reunião realizada entre os Comitês Afluentes e a empresa responsável pelo  
89 Plano de Bacia. Na ocasião, foi colocado que os principais pontos seriam os fronteirços, e o ponto mais  
90 interessante seria o de São José dos Campos. A conversa foi finalizada em 23 pontos de controle e  
91 monitoramento, e o estabelecimento de metas de evolução desse processo, visto que são 23 pontos que não  
92 podem falhar. Concluiu falando que os Órgãos Gestores se responsabilizariam por alguns pontos, todos os  
93 pontos seriam padronizados com parâmetros de quantidade e qualidade, e a AGEVAP e os Comitês teriam  
94 acesso aos pontos, e poderiam acompanhar o processo. Sobre o documento proposto, o Sr. Luis Claudio Pinto  
95 (PM Juiz de Fora) sugeriu a troca de título, ao invés de Pacto, ser denominado Manifesto pela Bacia. O Sr.  
96 Deivid Oliveira (FIEMG) expressou sua preocupação em relação ao Pacto, reiterando a sugestão de trocar p  
97 nome do documento e ainda, suprimir a assinatura de um pacto. O Presidente do CEIVAP perguntou a Plenária  
98 se todos concordavam com a alteração do título da proposta, e foi consensual a alteração. Considerando a  
99 sugestão dos representantes da FIEMG e da FIRJAN de suprimir a assinatura do pacto, o Presidente do  
100 CEIVAP, Sr. Danilo Vieira (SEMAD), colocou o Manifesto pela Bacia do Paraíba do Sul para apreciação da  
101 plenária. A maioria votou a favor de que o documento seja aprovado da forma como está, incluindo as  
102 contribuições feitas durante a discussão. O Sr. Danilo Vieira (SEMAD) levantou a discussão sobre o reajuste da  
103 cobrança, lembrando que a mesma foi pautada no final do ano de 2013, na última reunião do CEIVAP, onde foi  
104 sugerido que o assunto voltasse para discussões no âmbito da Câmara Técnica Consultiva (CTC). Relatou que o  
105 CEIVAP foi notificado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), e há uma preocupação quanto  
106 aos desdobramentos desse assunto. A ideia é concluir o trabalho, no âmbito da CTC, dentro de um prazo a ser  
107 estabelecido. O Sr. Roberto Machado (Instituto Rio Carioca) relatou que a CTC esteve em reunião na semana  
108 anterior, e que o assunto era um item de pauta. Disse que sugeriu ao Coordenador para que fosse feita uma  
109 reunião específica para fosse tratado somente esse assunto do reajuste da cobrança. Disse a questão está pauta  
110 desde 2012, desde o referido ano foram criados Grupos de Trabalho para desenvolvimento de estudos, e não foi  
111 dado encaminhamento efetivo ao trabalho, que foi concluído na ocasião, e no atualmente, necessita de um  
112 fechamento. A Sra. Marília Melo (IGAM) informou que há reunião do CNRH marcada para os próximos dias 9  
113 e 10 de junho. O Sr. Deivid Oliveira (FIEMG) relatou que o assunto da cobrança foi muito discutido no âmbito  
114 da CTC, mas foi interrompido, devido às demandas do Plano de Bacia. A resposta que seria de imediato para o  
115 CNRH é que a CTC está trabalhando novamente para concluir a questão da cobrança. Lembrou que foi  
116 solicitada, em fevereiro, uma reunião entre a coordenação da CTC e a diretoria do CEIVAP, a fim de traçar  
117 diretrizes e prazos. A Sra. Marília Melo (IGAM) sugeriu que a CTC apresente uma proposta antes do dia 9 de  
118 junho uma proposta, um cronograma para conclusão do trabalho dentro de 60 dias. O Sr. Jaime Azulay

119 (CEDAE) disse que, a seu ver, deve ser feito um trabalho para mostrar para ANA e CNRH, ou deve ser  
120 trabalhado um movimento de Estado ou Governo. Fazemos um trabalho para mostrar para a ana, conselho  
121 nacional, ou trabalha fazendo um movimento de estado ou de governo. Citou que o Ministério do Meio  
122 Ambiente está com recurso contingenciado, e em vista disso, questionou por que o recurso tem que vir só da  
123 cobrança. Ressaltou que, em sua opinião, o CNRH deve considerar também o tempo necessário para a  
124 finalização desse estudo referente à cobrança e todas as adversidades acerca dele. O Sr. Eduardo Dantas  
125 (CEDAE) fez um breve histórico sobre o que foi feito em um ano e meio. O assunto foi amplamente discutido,  
126 várias conclusões foram tomadas, e em relação ao reajuste, foi decidido que não caberia, visto que outros pontos  
127 teriam que ser tratados primeiro. Em relação à indexação automática, foi passado pela CTC, e lá dois  
128 coeficientes setoriais foram desenvolvidos. Sobre a última reunião da CTC, considerou relevante citar os  
129 encaminhamentos, tais quais; elaboração de ofício pela diretoria do CEIVAP, para ser encaminhado a ANA,  
130 solicitando a utilização dos rendimentos financeiros, dos valores arrecadados no CEIVAP, para fins de custeio e  
131 equacionamento do déficit atual da AGEVAP; elaboração de moção de apoio do CEIVAP ao Conselho  
132 Nacional de Recursos Hídricos para o aporte de recursos da cobrança pelo uso das águas do setor hidrelétrico,  
133 cuja aplicação é gerida pela ANA, para o apoio complementar aos custeios da Agência em um período de 2 a 3  
134 anos, enquanto as medidas definitivas não são tomadas. Anteriormente houve uma reunião da Câmara Técnica  
135 de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (CTCOB) onde todas as agências apresentaram seus quadros, e  
136 ficou claro que o reajuste de PPU não acompanha a sustentabilidade das agências. Com o passar do tempo, e  
137 melhoria da gestão, há uma perda de arrecadação, e isso se mostrou insustentável. O Sr. Deivid Oliveira  
138 (FIEMG) resgatou que o assunto da cobrança foi tratado na gestão anterior, onde houve um encaminhamento,  
139 porém, na última plenária do CEIVAP do ano de 2013 foi apresentada uma minuta de deliberação sobre a  
140 cobrança com uma proposta totalmente diferente da que foi consolidada pela Câmara Técnica. O Sr. Vitor  
141 Sucupira (ANA) pediu a palavra e iniciou sua fala ressaltando que há um fato acontecendo no sistema de  
142 recursos hídricos. Os custos administrativos das Entidades Delegatárias sobem todo ano, é inevitável, mas a  
143 arrecadação da cobrança pelo uso da água na Bacia do Paraíba do Sul, por exemplo, é a mesma desde o ano de  
144 2003. Citou como exemplo a Agência das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Agência PCJ) que já  
145 fez uma proposta de correção. Relatou que houve muitas discussões acerca desse assunto no âmbito da Câmara  
146 Técnica, em que ANA esteve presente, e que em nenhum momento foi colocado aumento de preço da cobrança,  
147 foi proposta uma correção monetária. Pontuou dizendo que este é o momento para fazer essa correção, a ANA  
148 está disposta a discutir, não há dificuldade de discutir um reforço de caixa para uma situação de emergência.  
149 Disse ainda que deve haver uma contabilidade que permita que Entidade Delegatária continue funcionando, não  
150 há contingenciamento desse recurso, uma vez que este é regido por uma legislação específica, financia eventos e  
151 projetos em bacias com cobrança e sem cobrança. O Sr. Eduardo Dantas (CEDAE) expôs que os comitês têm  
152 dinheiro em caixa, mas o rendimento da arrecadação fica guardado e não pode ser usada para custeio das  
153 agências, o 7,5 % não está sendo suficiente, há problemas estruturais que precisam ser resolvidos. A Sra. Vera  
154 Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida) pontuou dizendo que a última reunião plenária da gestão anterior  
155 do CEIVAP não deu quorum, e esse é um dos motivos pelo qual não foi dado andamento a questão da cobrança.  
156 A Sra. Maria Aparecida (Energisa) citou que o prazo para o reajuste da cobrança venceu no ano de 2009.  
157 Destacou que a preocupação no momento é não se manifestar diante de um fato, é importante que o CEIVAP se  
158 manifeste. Falou sobre a cobrança do setor elétrico, e a possibilidade de repassar o 7,5% da cobrança do setor  
159 elétrico para a Bacia do Paraíba do Sul. Disse ainda que o sistema está maduro o suficiente para propor  
160 alterações em leis, por exemplo, e que tem que ser pensada uma forma do sistema de gestão se manter. Uma  
161 proposta de atualização dos valores da cobrança seria essencial. O Sr. Jaime Azulay (CEDAE) se posicionou  
162 dizendo não ser contra a cobrança, e sim a favor de pensar em uma forma de mudar a abordagem e relação a  
163 esse assunto. A Sra. Marília Melo (IGAM) explicou que a colocação do Presidente do CEIVAP, Sr. Danilo  
164 Vieira, foi em função de um ofício enviado pelo CNRH ao CEIVAP. Disse que o assunto será pauta da próxima  
165 reunião do CNRH e o Comitê precisa enviar uma resposta. **ENCAMINHAMENTO – A Câmara Técnica**  
166 *Consultiva do CEIVAP deverá encaminhar para a plenária do comitê, em um prazo de 60 dias, uma proposta*  
167 *de atualização dos valores da cobrança pelo uso da água.* A Sra. Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa  
168 Vida) comunicou que o II Encontro Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas acontecerá em agosto, e é  
169 importante a participação de todos. E tempo, informou que os Grupos de Trabalho (GT's) do CEIVAP que  
170 estavam desativados foram ativados, e na próxima reunião plenária será aberto um espaço para que os  
171 coordenadores dos GT's falem sobre o andamento dos trabalhos. Informou também que no próximo dia 3 de  
172 junho haverá uma Reunião Plenária do Comitê Médio Paraíba do Sul em Pinheiral, e que em comemoração ao  
173 Dia Mundial do Meio Ambiente haverá uma abraço simbólico no Rio Paraíba nos municípios da região  
174 hidrográfica do Médio Paraíba do Sul. **4 – Aprovação da ata da última reunião (28/11/13)** – As atas serão  
175 corrigidas conforme solicitações da plenária e serão aprovadas na próxima reunião do CEIVAP. **5 –**  
176 **Apresentação da aplicação dos recursos da cobrança provenientes da transposição das águas da Bacia do**  
177 **Paraíba do Sul ao Sistema Guandu** – O item será transferido para a pauta da próxima reunião do CEIVAP. **6 –**

178 **Apresentação sobre o estudo da Macrometrópole Paulista** – A apresentação referente a esse item de pauta  
179 foi feita durante o VI SERPASUL, realizado na presente ocasião. **7 – Apresentação do Balanço Hídrico**  
180 **elaborado para a revisão do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Paraíba do Sul** – O Sr. Celso Ávila  
181 (COHIDRO) fez uma apresentação sobre o Balanço Hídrico elaborado para a revisão do Plano de Recursos  
182 Hídricos da Bacia do Paraíba do Sul. Iniciou falando da área de abrangência da Bacia do Paraíba do Sul,  
183 comentou sobre a situação de fragilidade dos Comitês Médio e Baixo Paraíba do Sul, em função dos problemas  
184 de abastecimento de água, e falou sobre a distribuição das precipitações totais anuais. Em seguida falou sobre a  
185 regionalização das vazões, a divisão em ottobacias com maior contraste, sobre as regras operacionais,  
186 apresentou a proposição dos pontos de controle, e mostrou a curva de permanência com dados reais de definição  
187 de vazões. Em tempo, disse que o Balanço Hídrico precisa ter como base a descarga mínima de vazão, e o  
188 projeto de transposição apresentado pelo Governo de São Paulo SP tem como base descarga média mensal, que  
189 produz um resultado menor do que o normal. Ressaltou que qualquer ação nos reservatórios da Bacia impactaria  
190 o rio Paraíba do Sul como um todo, considerando também que o Estado do Rio de Janeiro não tem outra  
191 possibilidade de abastecimento. Deu andamento a apresentação deixando o seguinte questionamento para a  
192 plenária: Se hoje já existe um déficit de 8m<sup>3</sup>/s, como tirar 5m<sup>3</sup>/s de onde já não existe água? Concluiu dizendo  
193 que o Plano de Bacia como um todo pode indicar soluções. O Sr. Edilson de Paula Andrade (DAEE) destacou  
194 que o momento atual é de grande estresse hídrico na Bacia, conforme estudo feito pelo Operador Nacional do  
195 Sistema Elétrico (ONS). Sobre a apresentação, disse que quando se observa a curva de permanência nota-se que  
196 não consta o bombeamento para o Guandu, e seria relevante incluir o acompanhamento da série histórica do  
197 bombeamento, visto que o trabalho não fez as considerações referentes ao volume utilizado no Guandu. O Sr.  
198 André Marques informou que o Plano de Bacia vai abordar detalhadamente muitas questões relevantes, entre  
199 elas a transposição para o Guandu e a proposta de uma nova transposição no Paraíba. **8 – Avaliação da**  
200 **AGEVAP pelo CEIVAP** – O item será transferido para a pauta da próxima reunião do CEIVAP. **9 –**  
201 **Deliberação CEIVAP que dispõe sobre a revisão da Deliberação nº 53/2005 referente ao Grupo de**  
202 **Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica – GTOH** – O Sr. Danilo Vieira  
203 (SEMAD) apresentou a deliberação para apreciação da Plenária, e não havendo manifestações, a mesma foi  
204 aprovada. **10 – Deliberação CEIVAP que dispõe sobre a revisão da Deliberação nº 76/2006 referente ao**  
205 **Grupo de Trabalho Articulação Institucional – GTAI** – O Sr. Danilo Vieira (SEMAD) apresentou a  
206 deliberação para apreciação da Plenária, e não havendo manifestações, a mesma foi aprovada. **11 – Deliberação**  
207 **CEIVAP que dispõe sobre o Grupo de Trabalho de Pagamento de Serviços Ambientais – GTPSA** – O Sr.  
208 Danilo Vieira (SEMAD) apresentou a deliberação para apreciação da Plenária, e não havendo manifestações, a  
209 mesma foi aprovada. **12 – Deliberação CEIVAP que dispõe sobre o Grupo de Trabalho de**  
210 **Acompanhamento da revisão do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Paraíba do Sul – GT Plano** – O  
211 Sr. Danilo Vieira (SEMAD) apresentou a deliberação para apreciação da Plenária, e não havendo manifestações,  
212 a mesma foi aprovada. **13 – Deliberação CEIVAP que dispõe sobre a elaboração de Projetos Executivos**  
213 **para Municípios situados na Bacia do Paraíba do Sul com até 5 mil habitantes** – O Sr. Danilo Vieira  
214 (SEMAD) apresentou a deliberação para apreciação da Plenária, e não havendo manifestações, SEMAD)  
215 apresentou a deliberação para apreciação da plenária. A Sra. Sarah Maria Souza (PM Rio Preto) solicitou que a  
216 referida deliberação fosse melhor explicada, incluindo o porquê contempla apenas os municípios com até 5 mil  
217 habitantes, visto que, na região hidrográfica do Comitê Preto e Paraibuna, por exemplo, há municípios que  
218 ultrapassam pouco essa quantidade. O Sr. André Marques (AGEVAP) explicou que foi estabelecido um teto  
219 para trabalhar, o foco foi em 5 mil habitantes e a partir disso foi traçada uma meta, de acordo com a capacidade  
220 de aplicação de recurso. Conforme a meta for atingida outras serão traçadas e outros municípios serão  
221 contemplados, até fechar toda a Bacia do Paraíba do Sul. O Sr. Danilo Vieira (SEMAD) colocou a deliberação  
222 para apreciação, e não havendo mais manifestações, a mesma foi aprovada. **14 – Deliberação CEIVAP que**  
223 **dispõe sobre projetos de Controle de Erosão contemplados com recursos da cobrança pelo uso da água na**  
224 **bacia do Rio Paraíba do Sul** – O Sr. Danilo Vieira (SEMAD) apresentou a deliberação para apreciação da  
225 Plenária, e não havendo manifestações, a mesma foi aprovada. **15 – Deliberação que dispõe sobre a proposta**  
226 **do Pacto Bacia do Rio Paraíba Sul (CEIVAP – Comitês de Bacias Afluentes e Órgãos Gestores de**  
227 **Recursos Hídricos)** – A discussão referente a essa Deliberação aconteceu no item 3 da presente reunião, onde  
228 foi colocada para aprovação da plenária o Manifesto pela Bacia do Paraíba do Sul, cujos objetivos são  
229 semelhantes aos da referida Deliberação. **16 – Assuntos Gerais** – Os itens **5** – Apresentação da aplicação dos  
230 recursos da cobrança provenientes da transposição das águas da Bacia do Paraíba do Sul ao Sistema Guandu e **8**  
231 – Avaliação da AGEVAP pelo CEIVAP serão inseridos na pauta da próxima reunião plenária do CEIVAP.  
232 Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CEIVAP agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, tendo  
233 a presente ata sido lavrada por mim, Raíssa Galdino, secretária ad hoc, e depois de aprovada, foi assinada pelo  
234 Presidente do CEIVAP, Sr. Danilo Vieira Júnior, e pelo Secretário, Sr. Tarcísio José Souza e Silva.  
235  
236

237  
238  
239  
240  
241  
242  
243  
244  
245  
246  
247  
248  
249  
250  
251  
252  
253  
254  
255  
256  
257  
258  
259  
260  
261  
262  
263  
264  
265  
266  
267  
268  
269  
270  
271  
272  
273  
274  
275  
276  
277  
278  
279  
280  
281  
282  
283  
284  
285  
286  
287  
288  
289

Resende, 20 de maio de 2014

Danilo Vieira Júnior  
**Presidente do CEIVAP**

Tarcísio José Souza e Silva  
**Secretário do CEIVAP**

## **LISTA DE PRESENÇA**

### **Membros do CEIVAP**

**União:** José Luiz de Souza (Ministério da Integração Nacional)

**MINAS GERAIS – Poder público:** Danilo Vieira Júnior (SEMAD), Marília Carvalho de Melo (IGAM), Renato Gomes (IEF), Joaquim Arildo Borges (SEAPA), Luis Claudio Pinto (PM Juiz de Fora), Sarah Maria Souza (PM Rio Preto), Frederico Pasqualine (PM Rodeiro); **Usuários:** Renato Bernades (DEMSUR), Leonardo James Magalhães (COPASA), Deivid Lucas de Oliveira (FIEMG), Betty Giovannoni Oliveira (Lat. Cortês), Cláudio Luís Dias Amaral (Agro-Indústria Reserva das Gerais), Maria Aparecida Vargas (Energisa Soluções SA), Antônio José Francisco (Consórcio do Rio Muriaé); **Organizações Cívicas:** Marco Antônio Barbosa (BIOCEP), Marilda Cruz Lima da Silva (IAVARP).

**SÃO PAULO – Poder público:** Nazareno Mostarda Neto (Sec. Est. de Saneamento); **Usuários:** Danilo Henrique Vergílio (FIESP), Danielle Lopes Bacelar (CIESP Jacareí), Thiago Estácio (Usina Paulista Lavrinha); **Organizações cívicas:** Luiz Roberto Barreti (ABES).

**RIO DE JANEIRO – Poder público:** Rosa Maria Formiga Johnsson (INEA), Livia Soalheiro (INEA), Madalena Cardoso (PM de Barra do Piraí), Carlos Ronald Macabu (Prefeitura PM Campos dos Goytacazes); **Usuários:** Marcelo Carvalho (Eletrobrás Furnas), Jaime Azulay (CEDAE), Jorge Peron (FIRJAN), Tércia Faria Alves (COPAPA), Antônio Simões (CSN), Alexandre Silveira (Light Energia), Zenilson do Amaral Coutinho (ASFLUCAN); **Organizações cívicas:** Roberto Machado de Oliveira (Instituto Rio Carioca), Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida), João Gomes Siqueira (UENF).

**AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:** Paulo Afonso Valverde Júnior (CESAMA), Zeila Chittolina Piotto (CIESP Taubaté), Teresa Cristina Brazil de Paiva (Escola de Engenharia de Lorena/USP), Marcos Martinelli (Sec. Est. de Agricultura e Abast.), Maria Luiza Ferreira da Silva (SAAE Três Rios).

### **Convidados**

Victor Sucupira (ANA), Aislan de Souza (PM Campos dos Goytacazes), Alexandre Rosa (SAAE Jacareí), Yara Valverde (NOVAMOSANTA), Eugenia Regina (PM Aperibé), Eny Lemos (CEDAE), João Marcus Garbero (SMA/PJF), José Carlos Pilato (SMA/PJF), Renato Rieboldt (IBAMA), Marcelo Demarco (IBAMA), João Emídio Lima da Silva (IAVARP), Luiz Fernando Carneseca (DAEE/SP), Gilberto de Souza (FSP Consultoria), Celso Ávila (COHIDRO), Irineu Ribeiro (IAVARP), Liliane Maia (IAVARP), Lia Basílio Pereira (CAB Ambiental), Eduardo Dantas (CEDAE/RJ), Francisco de Paula Lima (SENGE/MG), Claudio Sampaio (ACANPAR/RJ), Markus Budzynkz (ADEFIMPA/RJ), Edilson de Paula Andrade (DAEE), Leonardo Magalhães (COPASA), Marilene Ramos (FGV), André Marques (AGEVAP), Aline Alvarenga (AGEVAP), Daiane Santos (AGEVAP), Luis Felipe Cunha (AGEVAP), Raíssa Galdino (AGEVAP).

**Resende, 20 de maio de 2014**